

## Catecumenato Permanente — Processo de Elaboração

Gottfried Brakemeier

1. O retrospecto ao IX Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) dificilmente poderá deixar de qualificá-lo como um dos mais importantes na história da IECLB. Colheu os frutos de uma intensa preparação do que foi o tema do Concílio, a saber, “IECLB — Igreja missionária no Brasil”. Em especial na Região Eclesiástica III, sob a liderança do pastor G. Burger, tinha sido forte a movimentação, do que é documento, entre outros, o estudo “Comunidade — base da Igreja missionária”. O tema da missão em correlação com a pergunta pela identidade luterana no contexto brasileiro, não é tão novo assim. No momento em que a IECLB volta a refletir sobre o seu ser Igreja, vale a pena refrescar a memória histórica e aprender com o que, já há 20 anos, estava em discussão.

2. O Catecumenato Permanente se insere nessa preocupação. Em 1974, o Concílio Geral resolveu adotá-lo como meta prioritária. Coerentemente, o Conselho Diretor nomeou uma Comissão, encarregada da elaboração de uma proposta de implantação. Para compreender o documento, elaborado durante o ano de 1975, é indispensável, pois, a consideração dos antecedentes, entre eles, a miniconsulta sobre o ensino confirmatório, em 1973. Mas também ela é apenas sintoma do despertar geral de uma consciência que, pretendendo ser fiel ao Evangelho, registra, apreensiva, um déficit missionário da IECLB em seu contexto social, religioso e político. Ficou constatado, entre outras coisas, que a formação teológica do membro da IECLB costuma estagnar no nível do ensino confirmatório; que nem este consegue motivar o suficiente para a vivência evangélica; que é fraca a presença das comunidades da IECLB na vida pública. A proposta do Catecumenato Permanente pretendia inaugurar um movimento de reavivamento comunitário.

3. Desde seus inícios, a Comissão estava consciente de que, para concretizar a meta, não bastaria o esboço de uma estratégia, metodologia ou um *know-how*. Reavivamento comunitário não se “faz” mediante programações somente. Teologia está em jogo, uma mentalidade, um Espírito (!), uma concepção de Igreja. Por isso, o documento é mais teológico do que pragmático, embora não deixe de apresentar sugestões concretas. Quer articular uma “teologia orientadora”, não uma agenda de ação comunitária. A Comissão esperava que a teologia do Cate-

cumenato tivesse desdobramento em múltiplas iniciativas práticas, uma esperança que se cumpriu apenas em diminutas e insuficientes proporções.

4. A formulação do documento sofreu influxo teológico de um grande número de fontes. A compreensão bíblica do discipulado e da comunidade, o sacerdócio dos crentes, a preocupação com a identidade luterana bem como princípios da pedagogia dos oprimidos de Paulo Freire — tudo isto confluuiu e contribuiu. Lembro-me da apaixonada discussão que tivemos no grupo sobre a importância das comunidades eclesiais de base para a IECLB e sobre o culto em sua definição abrangente. De modo geral, pode-se dizer que o objetivo do Catecumenato Permanente consistiu na promoção da comunidade consciente, de sua responsabilidade diaconal e do empenho na manifestação pública da vontade de Deus no mundo, em defesa da criatura. A este objetivo deveriam adequar-se as estruturas e os métodos de trabalho na IECLB. O Catecumenato Permanente, sob esta ótica, foi uma grande tentativa de laicização na IECLB, de despertar para o sacerdócio, de contextualização da IECLB.

5. Vinte anos depois, o documento deveria ser reescrito. A IECLB avançou, e a sociedade brasileira não ficou parada no tempo. O documento não é completo. Faltam reflexões sobre os ministérios, por exemplo. Ademais, deve-se perguntar se, na maturação da fé e na vivência do discipulado, a ênfase não estava sendo colocada unilateralmente na pedagogia. O Catecumenato Permanente quer ser lido com olhos históricos, além dos olhos teológicos, que evidentemente permanecem imprescindíveis. Falta, ainda, o aspecto da festa, da celebração da comunidade. Quer me parecer que estivemos, naquela época, por demais presos a uma visão funcional da comunidade. Ela deveria sempre servir a algo, ser útil, produzir transformação. Isto sobrecarrega a comunidade. Não obstante, o Catecumenato continua sendo um dos grandes desafios da Igreja, como já Martinho Lutero demonstrou com os seus catecismos.

6. Em março de 1976, o Conselho Diretor, com participação de professores da Faculdade de Teologia e outros membros da IECLB, realizou uma “semana de reflexão”, em Panambi. Um dos principais assuntos era a apreciação do então já concluído documento “Catecumenato Permanente”. A crítica foi contundente. A proposta, assim foi dito, detinha-se demasiadamente em generalidades, não era suficientemente concreta, apresentava formulações provenientes de um conceito de Igreja introvertido e individualista, deixava a desejar no que diz respeito à agressividade necessária para despertar e chamar a atenção. Com isto, o documento estava praticamente reprovado. A avaliação positiva que se seguiu já não mais convence. Como um documento com defeitos tão graves poderia ser “um documento de base, capaz de levar adiante a IECLB no seu discipulado e na descoberta de caminhos completamente novos”, como lemos no protocolo? A carta circular do então pastor presidente resumiu a reação do Conselho Diretor ao documento da seguinte forma:

Como membros da IECLB, que, segundo sua constituição, visa a ser Igreja de Jesus Cristo no Brasil, SENTIMOS dolorosamente uma série de deficiências e omissões, entre elas:

- falta de definições,
- fraca vivência comunitária,
- insegurança quanto ao que cremos e confessamos,
- precária projeção dentro da sociedade brasileira,
- mentalidade não condizente com o Evangelho.

RECONHECEMOS a necessidade de promover um processo de ação que envolva a todos no comum esforço para ser alcançada a maturidade do cristão:

- sua libertação integral em Cristo,
- sua vivência do Evangelho em comunhão,
- sua conseqüente ação responsável no mundo.

CONFIAMOS no Espírito Santo, promotor de todo avivamento na Igreja.

Esta reação, na verdade, nenhuma referência fazia ao documento. A oposição foi forte. Já o termo “catecumenato” foi considerado feio, quase um palavrão. Daí por que se mudara o título acrescentando-lhe “Discipulado Permanente”. Ainda assim, o esforço não foi de todo em vão. O “Centro de Elaboração de Material”, um dos frutos da proposta, deu valiosa contribuição à caminhada da IECLB. Mas, de modo geral, a proposta não vingou. Não desenvolveu dinâmica.

7. A história do Catecumenato Permanente é típica da dificuldade de alcançar consenso na IECLB. Seria interessante analisar uma vez a eclesiologia que está na raiz das críticas referidas acima. Aliás, o abandono do Catecumenato Permanente implicou o agravamento do déficit eclesiológico que se verifica na IECLB até hoje. Como se relacionam a comunidade concreta e o povo de Deus? Qual é a função da Igreja no mundo? Além disso, acredito que um mutirão em torno do Discipulado Permanente poderia ter amenizado, desde já, as polarizações teológicas, que desde então se aprofundaram. Ou será que a fraca repercussão da proposta já é resultado desses conflitos? De qualquer maneira, a questão eclesiológica é uma das mais candentes na IECLB. Como deve ser a Comunidade de Jesus Cristo no Brasil? Talvez esse velho documento do Catecumenato Permanente possa, ainda hoje, ajudar na busca de uma resposta.

Gottfried Brakemeier  
Caixa Postal 2876  
90001-970 Porto Alegre — RS